

DISCURSOS TÉCNICOS SOBRE A PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO SUL DO BRASIL

TECHNICAL DISCOURSES ON APPLES PRODUCTION IN SOUTHERN BRAZIL

DISCURSOS TÉCNICOS SOBRE LA PRODUCCIÓN DE MANZANAS EN EL SUR DE BRASIL

Jó Klanovicz¹
Eunice Sueli Nodari²

RESUMO:

Este artigo discute alguns discursos técnicos que emergiram no processo de introdução da cultura da macieira em Fraiburgo, Brasil, a partir da década de 1960, por meio de uma leitura histórica sobre documentos técnicos, literários e entrevistas. A atividade de fruticultura de clima temperado sempre esteve marcada por insegurança na medida em que o clima regional de Fraiburgo não é plenamente adequado para a produção. Como resposta, os setores empresarial e público investiram em tecnologia, e essa se tornou a principal justificativa para intervenções sobre o mundo natural.

Palavras-chaves: História Ambiental. Produção de maçãs. Sul do Brasil.

ABSTRACT:

This article discusses some technical discourses that emerged in the process of introduction of apple orchards in Fraiburgo, Brazil, since the 1960s, through a historical reading of technical documents, literature, and interviews. The temperate climate fruticulture has always been characterized by insecurity insofar as the regional climate of Fraiburgo is not fully adequate for production. In response, business and public sectors have invested in technology, and this became the main justification for interventions in the natural world.

Keywords: Environmental history. Apple production. Southern Brazil.

RESUMEN:

Este artículo analiza algunos discursos técnicos que surgieron en el proceso de introducción de la cultura de la manzanera en Fraiburgo, Brasil, a partir de los años 1960, a través de una lectura histórica de los documentos técnicos, literarios y de entrevistas. La actividad de producción de frutas de clima templado ha estado siempre marcada por la incertidumbre en que el clima regional de Fraiburgo no es totalmente adecuado para la producción. En respuesta, sectores empresariales y públicos han invertido en tecnología,

¹ Doutor em História. Professor Adjunto A do Departamento de História, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Unicentro - Campus Irati. E-mail: klanov@gmail.com

² Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: eunice@cfh.ufsc.br

y esto se convirtió en la principal justificación para las intervenciones en el mundo natural.
Palabras-clave: Historia ambiental. Producción de manzanas. Sur de Brasil.

A expansão do cultivo comercial e moderno de macieiras (*Malus domestica* Borkh) no sul do Brasil ocorreu efetivamente a partir de 1960, em Fraiburgo, meio-oeste de Santa Catarina. Em 1962, a Sociedade Agrícola Fraiburgo SA (SAFRA S.A.) instalou um pomar experimental de frutíferas de clima temperado numa área de cerca de 40 hectares, sob a direção técnica do agrônomo franco-argelino Roger Marie Gilbert Biau (KLANOVICZ; NODARI, 2005 e BRANDT, 2005). Depois de uma década de pesquisas sobre adaptação de cultivares, correção de solo e relevo e de contato com técnicos de outros países para resolver problemas de condução de pomares na região, constatou-se que a atividade economicamente viável para a localidade era o cultivo de macieiras (BURKE, 1994). Essa constatação ocorreu em meio a um processo de expansão de pomares de macieira que já vinha ocorrendo desde a segunda metade da década de 1960, e foi corroborada pela primeira colheita oficial de maçãs de 1967.

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir alguns discursos técnicos sobre a produção de maçãs em Fraiburgo/SC, entre as décadas de 1960 e 1990, tendo como pano de fundo a consolidação da pomicultura no país. Consideramos os discursos como entidades que não são independentes dos contextos dos quais emergem, emaranhando significados, sentidos e práticas que são por assim dizer “verbalizadas” nas mais diferentes formas documentais (MEYER; POPFLOW, 2004). É a partir dessas produções discursivas que emergiram no ambiente técnico de produção de maçãs em Fraiburgo/SC, mas que também transbordaram para outros setores da vida cotidiana local, sendo possível desta forma assim inserir a problemática num contexto de ideias sobre controle da natureza, sobre correção dos espaços com base no conhecimento técnico de uma agricultura modernizada.

Acredita-se que esses discursos técnicos sobre a produção de maçãs num ambiente inadequado são a resposta incisiva e nada gratuita a discussões promovidas na década de 1960, vinculadas à legitimação dessa cultura agrícola no país, que foi construído imagética e historicamente como tropical, e que tinha a tropicalidade (ARNOLD, 2002) como elemento diluído em toda a identidade nacional. A possibilidade de produzir frutas de clima temperado num país tropical quebraria, em certa medida, a

prevalência do conceito de país tropical, onde as zonas de clima temperado eram consideradas anômalas frente a uma identidade partilhada. Por outro lado, os esforços para desenvolver economicamente a região fria revestia-se de um novo esforço de unidade identitária, amparada pela “europeização” regional, pelo discurso das paisagens europeias, construídas como questões locais. Isso seria um dos motivos encontrados por agrônomos que começaram a desafiar o sistema tropical de entendimento da paisagem e da natureza brasileiras, para afirmarem a possibilidade de produzir frutas de clima temperado em toda a região.

Estamos utilizando como fontes para a produção do presente texto documentos técnicos, iconográficos, reportagens coletadas em revistas de circulação nacional, e alguns relatos resultantes de entrevistas cotejadas com documentos escritos, nos quais se pode perceber a emergência de discursos técnicos de “correção dos problemas naturais” no tocante à produção de maçãs em Santa Catarina. No que concerne as entrevistas se optou em manter o sigilo dos entrevistados para preservar suas vidas profissionais. Este cuidado também foi tomado por entendermos que a construção das interpretações sobre a história da atividade de fruticultura de clima temperado confundeu-se com histórias político-administrativas locais, ainda em terreno de disputa no que tange à elaboração de identidades regionais amparadas pela máxima exploração ou até a fetichização da maçã KLANOVICZ; NODARI, 2005 e KLANOVICZ, 2009).

Buscamos apresentar a trajetória técnica dos projetos de fruticultura de clima temperado na região de Fraiburgo, em meio ao processo de modernização da agricultura do sul do Brasil na segunda metade do século 20 e à constituição de táticas para a adaptação climática de cultivares de macieiras, especialmente até 1989.

FRAIBURGO E A FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO

A idéia de produzir maçãs em Fraiburgo/SC começou a tomar forma no final da década de 1950, quando alguns proprietários de serrarias da região então conhecida como Butiá Verde constataram que o fim das reservas de mata estava próximo (FREY, 1989; LOPEZ, 1989 e BURKE, 1994). Foi o caso dos irmãos René e Arnaldo Frey, que exploravam o setor madeireiro no meio-oeste catarinense desde a década de 1930. Pressionados pela escassez, os Frey lançaram-se à busca de alternativas de

investimento para sua própria permanência no seio da elite econômica e social da região. A serraria René Frey & Irmão Ltda. cortava e beneficiava madeiras da Floresta Ombrófila Mista, comercializando-as na forma de tábuas e de caixas para outros Estados. Para isso, tinha mais de cem empregados em 1960, e em seu entorno já havia o núcleo urbano, que, em dezembro de 1961, tornar-se-ia o município de Fraiburgo. A empresa tinha representações comerciais no Rio de Janeiro/RJ e em São Paulo/SP, dirigidas pelos filhos de René Frey e Arnoldo Frey. Em São Paulo, os Frey comercializavam caixas de madeira de araucária para a vinícola Schenk, firma que aproximou a serraria catarinense (então em dificuldades financeiras no final da década de 1950 devido ao fim das reservas extrativistas) aos vitivinicultores franco-argelinos Mahler-Evrard, interessados em investir no Brasil. A vinícola Schenk colocou os interessados em contato entre 1959 e 1962 (EVRARD, 2003).

Os Mahler-Evrard e os Frey tinham interesses convergentes: os franco-argelinos pretendiam investir no ramo de fruticultura e produção de vinhos e os Frey queriam deslocar seus investimentos do ramo de extração para quaisquer outros. Os franco-argelinos precisavam sair da Argélia para não perderem investimentos num país em convulsão devido ao processo de descolonização. Tinham *know-how* na produção de uvas e vinhos (mas não na de frutas de clima temperado em geral) e capital, e sabiam das oportunidades de negócios com frutas e derivados no Brasil. Os Frey eram proprietários de cerca de cinco mil hectares de terra em Fraiburgo, estavam interessados na fruticultura, sabiam que o solo e o clima de suas terras eram presumivelmente propícios à produção de frutas como maçãs e uvas, mas não tinham experiência em seu cultivo. A aproximação de interesses resultou numa sociedade na qual os Frey investiram mil hectares no plantio de frutas temperadas e uvas, enquanto os Mahler-Evrard aplicaram capital financeiro no projeto (EVRARD, 2003).

Apesar de não cultivar macieiras na Argélia, o grupo Mahler-Evrard mantinha contatos com especialistas desse ramo na França. Também tinha conhecimento das *réunions pomologiques* organizadas pelo viveirista francês Georges Delbard, em Malicorne, França, desde 1958, que inaugurou seu pomar experimental de frutas temperadas e que foi amplamente comemorado pelas imprensas da França, dos Estados Unidos da América, do Japão e da URSS (DELBARD, 1986, p. 404-405). Essas reuniões científicas e de negócios deram origem ao Congresso Pomológico Internacional de Sion,

Suíça, em outubro de 1962, e à Jornada de Economia Frutícola de Paris de 21 de setembro de 1964.

Uma experiência fundamental para Delbard ampliar suas pesquisas, criar seu pomar experimental e estudar a adaptação de plantas temperadas a climas diferentes deu-se com o contato com fruticultores da Argélia em 1952, durante o Congresso Pomológico de Argel. O próprio Delbard afirmou existir, em 1960, uma

febre de plantações na Argélia. Quer sejam *pieds-noirs* ou metropolitanos parece ser necessário manter contato com esses fruticultores para realizar ensaios e sintetizar o conhecimento sobre a produção de frutas de clima temperado com a finalidade de projetar uma ação dinâmica, mais racional, para o futuro. (DELBARD, 1986, p. 410)

Esse congresso que ocorrera em Argel trouxe à tona, para Delbard e outros especialistas, o debate científico e comercial sobre a possibilidade de se produzir frutas de clima temperado em regiões consideradas inadequadas “naturalmente”, do ponto de vista climático, para esse tipo de agricultura. Para alguns agrônomos, o investimento na produção de frutas de clima temperado em regiões inadequadas climaticamente representava um erro comercial e financeiro, na medida em que os resultados em termos de safras seriam insignificantes frente ao aporte inicial para se implementar um projeto. Essa tese vigorou ao longo dos anos 1960, principalmente quando se refere ao Brasil e as assessorias técnicas prestadas ao Ministério da Agricultura do país por meio dos acordos com o USAID. Por outro lado, Delbard e outros já haviam percebido que, em regiões como a Argélia, a altitude “corrigia” os efeitos da latitude, o que favoreceria uma espécie de “indução” das fruteiras à produção, mesmo com clima inadequado.

Delbard, ao relatar sua experiência com os pomares de macieira em Santa Catarina, enfatizava sempre que as relações pessoais foram mais importantes do que o capital financeiro propriamente dito, para o sucesso da produção. De fato, os contatos entre o grupo Mahler-Evrard e a empresa Pépinières Delbard impulsionaram o plantio de macieiras em Fraiburgo, a partir da fundação da SAFRA S.A., em 1962. Henri Evrard, Roland Mayer e Roger Biau tornaram-se imigrantes franco-argelinos no meio-oeste catarinense e ocuparam cargos técnicos e administrativos na nova empresa, enquanto que René e Arnaldo Frey eram os sócios que investiram terras. Roger Biau ficaria responsável por estudos no pomar experimental situado a pouco mais de cinco quilômetros do centro da cidade de Fraiburgo. Em pouco tempo, a Safra S.A. comercializaria mudas (de macieiras, pereiras, pessegueiros, nectarinas e ameixeiras),

frutas (principalmente uvas) e bebidas (conhaques, vinhos e espumantes) para todos os estados do centro-sul do Brasil (BURKE, 1994, p. 28).

O próximo passo da empresa foi captar dinheiro e conhecimento técnico do próprio Delbard. A reunião pomológica de 1 de setembro de 1965, em Malicorne, França, colocou o empresário em contato direto com a família Evrard. Os Evrard expuseram o projeto de plantio de macieiras e videiras em Fraiburgo, situação que Delbard assim lembrou:

Interessado que estava no problema do comportamento de pomares jovens, e depois de saber que eles tinham um pomar-piloto no Brasil que se comportava de forma anormal, aceitei de imediato o convite que me fizeram para analisar e expandir seu pomar. A ideia de descobrir o potencial frutícola do maior país da América do Sul me encantava. Promovido a conselheiro em um país no qual jamais havia pisado, minha reputação exigia que me dedicasse imediatamente a estudar sua biogeografia (DELBARD, 1986, p. 569).

Diferentemente do entendimento dos agrônomos norte-americanos que afirmavam ser impossível produzir frutas de clima temperado em país tropical (DELBALRD, 1986, FREY, 1989; BURKE, 1994), Georges Delbard, o pomar experimental de Roger Biau e a experiência argelina de fruticultura mostravam o potencial da pomicultura brasileira, inserindo essa região num debate maior no campo da Geografia e da Agronomia. Pode-se inferir que, o interesse de pesquisa de Delbard e as negativas de técnicos estadunidenses, transformavam Fraiburgo num terreno de disputas científicas e pela legitimidade científica da fruticultura de clima temperado:

A parte mais meridional do Brasil, a região de Pelotas, está situada na mesma latitude de Marrakech. As mesmas causas produzem os mesmos efeitos, e minha experiência na África do norte em matéria de cultivo de espécies frutícolas temperadas constitui base sólida para trazer a esse grande país uma nova aplicação judiciosa de minhas teorias. O que pensei espontaneamente, revelou-se com exatidão (DELBARD, 1986, p. 569).

Em sua primeira visita ao pomar experimental de Biau, em 1966, ele concluiu que o comportamento das macieiras e pereiras ali plantadas era idêntico ao daquelas cultivadas na Argélia, e que “a altitude corrigia os efeitos da latitude” (DELBARD, 1986, p. 569). O viveirista passou a fornecer novas variedades para Fraiburgo, além de sugerir técnicas de manejo de solo e da paisagem. Também investiu capital na ampliação da Safra S.A. até a década de 1970, quando decidiu deixar a sociedade.

Esse primeiro momento da história dos pomares modernos de macieira em Santa Catarina, de 1962 a 1973, foi marcado pela convergência de investimentos privados (os primeiros, até 1968) e públicos, sendo um destes a lei federal n. 5.106, de 2 de setembro

de 1966, que autorizava pessoas físicas e jurídicas descontarem do imposto de renda devido, “até 50% do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base” (BRASIL, 1966). De acordo com alíneas de seu art. 2:

1) só poderiam constituir florestamentos ou reflorestamentos pessoas físicas ou jurídicas que tivessem justa posse, título de propriedade, usufruto, detenção de domínio ou fossem locatárias ou comodatárias de terras; 2) que tivessem projetos aprovados pelo Ministério da Agricultura, compreendendo programa de plantio anual mínimo de dez mil árvores, e 3) que o florestamento ou reflorestamento pudesse, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas (BRASIL, 1966).

De acordo com a referida lei eram consideradas como despesas de florestamento e reflorestamento

aquelas que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de serviços de terceiros, na elaboração do projeto técnico, no preparo das terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e florestas e na abertura e conservação de caminhos de serviços (BRASIL, 1966).

Essa lei foi amplamente aproveitada pela iniciativa privada entre 1967 e 1975. A instalação de pomares com no mínimo dez mil plantas, ou seja, no mínimo dez hectares, levando em consideração alguns problemas ecológicos como a queda de flores e a baixíssima produtividade por planta até 1975, não teria ocorrido sem os incentivos fiscais do governo federal. Isso porque os técnicos percebiam, desde 1969, que era necessário tomar algumas medidas para resolver o problema da queda de flores entre setembro e outubro, o que reduzia o rendimento, que variava de duas a quatro toneladas por hectare (BLEICHER, 2002). Na época, o problema em produzir frutas de clima temperado na região residia na incompatibilidade edafoclimática de Fraiburgo ao cultivo das variedades de macieira que estavam sendo produzidas na localidade, e que ainda estavam sendo pesquisadas no que dizia respeito à adaptação climática e de solo. Mesmo assim, empresas instalavam-se em Fraiburgo, com grandes projetos, aproveitando os incentivos fiscais de reflorestamento ofertados pelo governo militar. Foi o caso da Reflorestamento Fraiburgo Ltda. (REFLOR Ltda.), criada por René Frey e seu filho mais velho, Willy, em 1967, para plantar principalmente *Pinus elliottii*. A empresa acabou incluindo a *Malus domestica* como variedade a ser ‘florestada’, com autorização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (BRANDT, 2005, p.12).

O principal instrumento de investimento público na fruticultura temperada de Fraiburgo nesses primeiros tempos foi o Programa de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT), lançado pelas autarquias de assistência técnica, pesquisa e extensão rural catarinenses (Associação de Crédito Rural de Santa Catarina – ACARESC) e amparado, a partir de 1975, pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC). Suas justificativas eram os elevados gastos com a importação de frutas e as ‘novas alternativas’ econômicas para os agricultores (aqueles que pudessem pagar pelas benesses públicas). O estado contratava a Safra S.A. como fornecedora exclusiva de mudas de cultivares necessárias ao funcionamento e expansão do programa. Esse momento propício ao desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, amparada pelo estado (PROFIT, ACARESC e EMPASC), de um lado, e por investimentos privados de outros, foi marcado também pela difusão proselitista da crença na tecnologia “controladora e corretora dos defeitos da natureza”, para tomar de empréstimo expressão de técnicos agrícolas atuantes em Fraiburgo. Já nessa fase se observam a percepção das muitas limitações ambientais aos projetos de fruticultura e a introdução de algumas relações novas ou diferentes entre humanos e não humanos, nas áreas produtoras de maçã (KLANOVICZ, 2007, p. 230).

Não apenas a SAFRA S.A. dedicar-se-ia à fruticultura de clima temperado nesse processo de expansão. A empresa Reflorestamento Fraiburgo Ltda. começou a plantar pomares em terras próprias, arrendadas ou em sistema de comodato e condomínio, com mudas adquiridas da SAFRA S.A.. Em 1969 outra empresa da família Frey foi criada para executar projetos de fruticultura usando os serviços da Reflor Ltda. e da Safra S.A.: A Renar Agropastorial Ltda. (Renar). A Renar plantaria macieiras com incentivos fiscais, usando “recursos originários da exploração madeireira da empresa-mãe (René Frey & Irmão Ltda.), ou seja, dinheiro de impostos reaplicados no processo de acumulação de capital da família. Além disso, aproveitaria técnicos do PROFIT (BRANDT, 2005 e KLANOVICZ, 2007).

O Brasil ainda era importador de maçãs em 1969, contudo o que estava em jogo para a obtenção de incentivos era a perspectiva de futura suficiência do mercado nacional com base na produção da região sul. Do ponto de vista empresarial, se o país ainda não exportava a fruta, pelo menos começava a produzi-la para o mercado interno, com técnicas modernas. Da mesma forma, se havia problemas ecológicos, eles poderiam ser

revertidos com conhecimento técnico, já que Fraiburgo era um “vasto campo experimental”, para usar a expressão de Willy Frey (1973).

Carlos Alberto de Abreu (1973), gerente administrativo da Safra S.A. em 1973, afirma que, no Brasil, a produção de frutas temperadas como maçãs, peras, nectarinas e ameixas teve um caminho difícil, marcado por sucessivas importações de material genético da Europa, adaptações e tratamentos. A Safra S.A. tinha, na época, a liderança nacional do mercado, com 1.013 hectares de fruteiras temperadas: videiras – Merlot, Cabernet, Trebiano e Marzenino –; ameixeiras – Santa Rosa e Santa Rita –; e macieiras – Golden Spur, Red Spur, Golden Delicious, Wellspur, Melrose, Blackjohn, Royal Red e Willie Sharp –, entre outras. Em 1973 a comercialização da Safra S.A. alcançava a 414.718 mudas, sendo 395.154 de macieiras, 12.021 de nectarinas, 4.359 de ameixeiras, 794 de pessegueiros e 247 de pereiras, além de 1.878 de roseiras e 265 de frutas diversas. Ao final do relatório, Abreu afirma que o comércio de frutas da empresa crescia ano a ano, acompanhando o aumento do consumo nacional (ABREU, 1973).

O consumo de maçãs per capita no país passou de 0,65kg/ano em 1960, para 1,45kg/ano em 1970 (ABPM, 2006). Tal crescimento certamente teve relação com a ampliação de pomares de macieira em Fraiburgo. Diversas empresas do Brasil começaram a entrar em contato com a Reflor Ltda. com vistas a instalar ali pomares e projetos de reflorestamento, aproveitando incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e, obviamente, com a finalidade de pagar menos impostos. Essas empresas utilizavam áreas da própria Reflor Ltda., em regime de comodato ou condomínio. Relatório da empresa, de 1973, mostra dados sobre dez projetos de reflorestamento com *Pinus taeda*, *Pinus elliottis* e *Araucária angustifolia*, realizados entre 1967 e 1970, totalizando 2.716,34 hectares e 3.618.750 mudas. Ao aproveitar a macieira como essência florestal legalmente válida para florestamento, de acordo com a lei 5.106, de 1966, a Reflor Ltda. assessoraria 13 projetos de fruticultura, entre 1967 e 1973, abrangendo 592,5 hectares e 542.200 mudas. Em 1973 a empresa planejava o plantio de 141 hectares e 112.800 mudas para o ano seguinte e mais trezentos hectares com 240 mil macieiras para 1975. Esses últimos projetos receberam o nome de Fazenda Castelo Branco III. Os mais de quinhentos hectares plantados até 1974 apenas pela Reflor Ltda. eram a materialização de uma estratégia de negócios amparada em políticas públicas de incentivo a projetos florestais.

Em 1977, Fraiburgo concentrava as seguintes empresas no ramo de fruticultura: Vinícola Fraiburgo SA, Reflorestamento Fraiburgo Ltda., Renar Agropastoril, Frutícola Fraiburgo SA, Saga Agropecuária, Nodarisa Empreendimentos Florestais, Agrícola Fraiburgo e Fructus Agricultura e Pecuária.

Em resumo, o surgimento da Safra S.A. e de outras empresas do setor de fruticultura de clima temperado em Fraiburgo, entre as décadas de 1960 e 1970, foi favorecido por estratégias de investimento e reinvestimento incentivado em pomares de grande extensão territorial e com intenso uso de máquinas e insumos. Do ponto de vista macroeconômico, as soluções pareciam encaminhar os rumos da atividade para um bom termo, já que entre 1960 e 1969 o aumento da produção nacional de maçãs começava a acompanhar, em progressão, as importações da fruta (KLANOVICZ, 2007). Mas todo esse avanço compreendia um transbordamento necessário do campo de produção para o mundo cotidiano da cidade, com implicações socioeconômicas, políticas, ambientais, culturais e ecológicas.

Do ponto de vista socioeconômico, a implantação de pomares e o surgimento de empresas impulsionariam a migração de mão-de-obra especializada, assim como a necessária formação de mão-de-obra para o futuro na localidade. O evento também fez com que houvesse a aproximação de inúmeras instituições num projeto comum, entre elas as escolas técnicas e a igreja católica (KLANOVICZ, 2007).

O QUE SIGNIFICA CORRIGIR

No período inicial de expansão de pomares, entre 1963 e 1975, os técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que moravam em Fraiburgo buscavam tornar produtivos os pomares de macieira enquanto conviviam com problemas relativos à polinização das plantas, acidez do solo, chuvas de granizo, geadas em épocas de floração. Além disso tinham que pesquisar a própria adaptação de cultivares ao local de produção, sem a presença de manuais de cultivo desenhados especificamente para a região. O conhecimento europeu sobre polinização sem a necessidade de outros recursos que não o próprio clima dificultava a produção. A demasiada expansão de pomares em áreas onde as florestas já haviam sido derrubadas trouxe problemas ecológicos, principalmente no que diz respeito à presença de insetos que poderiam minimizar o

problema da polinização. Havia carência de insetos capazes de polinizar plantas, resultante da redução drástica das matas nativas e da aplicação de acaricidas, fungicidas e outros agrotóxicos em quantidade crescente, acompanhando a expansão das áreas de plantio. A cada hectare expandido, problemas ou limitações naturais colocavam à prova o conhecimento técnico da pomicultura.

Resolver a questão da queda de flores foi um passo importante, que só ocorreu graças à pesquisa conduzida pelo especialista israelense Amnon Erez (BLEICHER, 2002 e EREZ, 2007). Ele constatou que a carência de horas-frio abaixo de 7,2°C necessárias por ano (setecentas, no mínimo) retardava a brotação das plantas em Fraiburgo (EREZ, 2007). Como solução, sugeriu o uso intensivo de abelhas para auxiliar a polinização, além de produtos químicos para “quebrar a dormência” das plantas. Em entrevista realizada com o agrônomo da ACARESC Jorge Bleicher (2002), o mesmo afirma que:

Aí foi uma loucura! Um novo momento de expansão de pomares começou em 1975, e, dessa vez, as empresas começaram a derrubar florestas para dar espaço às novas plantações. As macieiras passaram de uma produção de duas a quatro toneladas por hectare, para 28, trinta toneladas. Lucro garantido com base na tecnologia.

A adaptação de variedades foi outro problema encontrado em Fraiburgo. Muitos dos pomares da primeira metade da década de 1970 estavam sendo plantados principalmente com as variedades *Red delicious* e *Golden delicious*. Só a partir de pesquisas que foram compiladas na obra *A cultura da maçã*, do agrônomo japonês Kenshi Ushirozawa, que permaneceu em missão técnica em Santa Catarina entre 1971 e 1977, é que essa questão passou a ser resolvida. O autor constatou que a produção de *Red delicious* e de *Golden delicious* em regiões de altitude média de 1000m tornava essas frutas propensas a serem farinhentas, de baixa qualidade comercial, e sugeria a substituição dessas cultivares por variedades mais precoces, tais como a *Gala* (USHIROZAWA, 1979). A erradicação de cultivares *Golden* e *Red delicious* tornou-se uma constante, enquanto que os novos pomares passaram a ser instalados com duas cultivares principais, a *Gala* e a *Fuji*.

Quanto ao solo e à forma de intervenção na paisagem com vistas a constituir pomares modernos em Santa Catarina com as correções necessárias, o manual de plantio de Kenshi Ushirozawa era claro:

Recomenda-se pensar em mecanizar o máximo possível a cultura da macieira, bem como realizar a aplicação e incorporação do calcário – termofosfato (yoorin), profundamente, antes do plantio das mudas. Em caso de solos argilosos, deve-se realizar drenagem, a fim de não enfraquecer ou mesmo secar as plantas (USHIROZAWA, 1979).

No limiar dos anos 1980 Kenshi Ushirozawa perscrutava todos os aspectos da pomicultura possível em Santa Catarina, deixando à mostra a macieira no conjunto de sua forma e comportamento em esquemas, tabelas de produtividade, gráficos de distribuição de plantas no espaço, sugestões de plantio em áreas que pudessem ser transformadas em campo rapidamente. Enquanto isso, em Fraiburgo, no pomar experimental de Roger Biau, as pesquisas que analisavam a adaptação e a fitotoxidade das plantas corriam em regime acelerado. As plantas de Roger Biau eram tratadas como “ensaios”, e os resultados de adaptação eram evidentes. Os resultados dessas pesquisas nunca foram divulgados em periódicos científicos, e restaram apenas ofícios com ordens de serviço para técnicos agrícolas em meio ao pomar experimental, especialmente aqueles que tratavam de aplicação de herbicidas.³

Na contemporaneidade o que unia as experiências de Roger Biau e de Kenshi Ushirozawa, era que o primeiro tratou de ensaiar adaptações, enquanto o segundo buscou constituir padrões para expandir pomares de macieira no Estado de Santa Catarina; Roger Biau atuava numa empresa privada e Kenshi Ushirozawa trabalhava num projeto público do governo estadual.

Impulsionado pelo ritmo de expansão de pomares e pelos resultados positivos de pesquisas públicas e privadas, Fraiburgo foi o município que mais devastou os remanescentes de matas nativas de Santa Catarina. Foram derrubados mais de mil hectares de floresta por ano, entre 1980 e 1983, conforme dados pontuados pelo economista Carlos Eduardo Frickmann Young (2002). Em certa medida, essa realidade materializada as aspirações de Jorge Bleicher, num documento de 1973, que observava que “Fraiburgo não descansará enquanto não transformar toda a terra improdutiva em locais geradores de progresso”. A devastação observada por Young ‘isolava’ mais ainda os insetos e reduzia a biodiversidade local. A presença de abelhas européias para auxiliar

3 Exemplos são ensaios com herbicidas Gramoxone, Kamex e Esapon, que resultaram eficientes em pomares que não apresentaram fitotoxidade aparente, e ficaram livres de gramíneas de folhas estreitas, segundo ensaio de 18 de agosto de 1975, portanto, 12 anos depois do início de pesquisas no pomar experimental. Cf. R. Biau, *Ofício aos técnicos 1*, Agrícola Fraiburgo S/A, Fraiburgo, 18 ago. 1975 e *Ofício aos técnicos 2*, Agrícola Fraiburgo SA, Fraiburgo, 18 ago. 1975.

a polinização das plantas frutíferas, foi um sucesso tecnológico que garantiu o crescimento da produtividade e aumentou a qualidade das frutas, além do fortalecimento financeiro e de transformação do ambiente por parte dos produtores, entretanto trazia incômodos para os seres humanos. É o caso do Técnico Agrícola #1 (2005), que, alérgico a abelhas, se atormentava quando ficava próximo a uma caixa desses insetos.

Em síntese, as décadas de 1970 e 1980 trouxeram a consolidação da pomicultura em Fraiburgo, com base em fruticultura mecanizada e racionalizada, que atraiu mão de obra e investimentos de diversos setores e impulsionou a pesquisa. A população do município, de pouco mais de dois mil habitantes em 1967, chegou a mais de 15 mil em 1985. A maçã era o carro-chefe da economia. O uso intensivo de tecnologia aplicada garantia a produtividade dos pomares. Métodos automatizados de irrigação ‘combatiam’ a seca; sistemas de detecção e intervenção ‘combatiam’ o granizo – as “chuvas de pedra” – com estratégias militares (uso de radares e bombardeio de nuvens por foguetes, inicialmente importados da França e Suíça e, depois, da União Soviética); focos de incêndio serviam para ‘combater’ geadas em épocas de florescência das plantas (em setembro, na primavera); tratamentos fitossanitários radicais ‘atacavam’ fungos e doenças. Além disso, havia métodos para desviar cursos d’água e uma logística efficientíssima em época de colheita. Tudo isso dava lastro aos discursos que, ainda em 1983, afirmavam o sucesso de técnicos em “corrigir defeitos da natureza” na região, conforme matéria publicada na revista *Veja* (1983).

Na década de 1980, a produção brasileira de maçãs esteve condicionada à erradicação de variedades como a Golden Delicious ou a Royal Red, substituídas por variedades vermelhas de maçã como a Gala (oriunda da Nova Zelândia por cruzamento das variedades Kidd’s Orange e Golden Delicious) e a Fuji (japonesa, resultante do cruzamento da Ralls Janet e da Delicious). A Gala foi introduzida em Fraiburgo pela Safra S.A., e a Fuji, importada do Japão por técnicos da ACARESC de São Joaquim/SC (EPAGRI, 2002). Tratava-se, contudo, de duas variedades relativamente novas para os técnicos catarinenses, em termos de conhecimento técnico e comportamento, e conforme o porta-enxerto usado para seu plantio haveria maior ou menor propensão de as plantas adultas serem alvo de doenças ou pragas.

Alguns técnicos acreditavam que o processo de expansão dos pomares em Fraiburgo na década de 1980, caracterizado pelo avanço da devastação de áreas de

mata secundária, poderia trazer riscos à produção futura, devido ao estabelecimento de novas relações ecológicas entre a macieira e fungos, por exemplo (BLEIHER, 2002). Aliás, não só os fungos começavam a assumir papel importante numa história contraposta à crença no sucesso da tecnologia corregedora do ambiente, como também ácaros, insetos e intempéries. A linguagem de técnicos e produtores, ao descrever o ambiente de plantio e produção dos futuros pomares daquela década de 1980, adquiriu caráter cada vez mais bélico. Sucessivamente, expressões como “correção dos defeitos da natureza”, “poderosas máquinas que corrigem o solo”, “foguetes para o combate de intempéries”, “racionalização da paisagem” passaram a fazer parte do dia a dia de técnicos, até em suas anotações em agendas e calendários de atividades (SIMONETTI, 1973).

Essa ‘terminologia bélica’ aplicava-se a não humanos como o ácaro vermelho (*Tetranychus ludeni* Zacher), especialmente em plantios de larga escala na segunda metade da década de 1980. Esse perigo representado pelo ácaro sempre preocupou técnicos e produtores locais e demandava o combate imediato e enérgico, por meio de agrotóxicos como o dicofol.

A dinâmica de trabalho criada em razão da expansão de número e tamanho dos pomares determinou que o aporte de agrotóxicos alcançasse dimensões espetaculares na década de 1980 – especialmente entre produtores que tinham pouco tempo e muita plantação a ‘tratar’ –, para evitar o alastramento de doenças, como sarna, ou de parasitas, como o ácaro-vermelho. Essa lógica de plantio intensivo e a alta produtividade com vistas ao mercado aquecido funcionava a favor do produtor enquanto não houvesse abalos de ordem ecológica.

QUANDO A CORREÇÃO NÃO DÁ CERTO

Nos anos de 1980 convivia-se, em equilíbrio precário, com problemas como o ácaro vermelho europeu, a mosca da fruta, a sarna da macieira, a podridão amarga e a podridão de colo. Com o passar do tempo, surgiram os problemas da lagarta-enroladeira, da mancha foliar da Gala e da podridão branca, além de antigas pragas que retornavam, como a grafolita. Na história da pomicultura em Fraiburgo, portanto, as relações entre os humanos e as macieiras passaram a envolver personagens como podridão amarga (*Rosellinia necatrix* (Harting) Berlese), podridão de colo (*Phytophthora cactorum* (Lebert et Cohn) Schroeter), armilária (*Armillariella mellea* (Fries) Karsten), galha-da-coroa

(*Agrobacterium tumefaciens* (E.F. Smith et Townsend)), cancro (*Nectria galligena*), sarna (*Venturia inaequalis* (Cooke) Winter) e glomerela (*Glomerella cingulata* (Stoneman) Spaulding et Schrenk). No caso de pragas, os humanos começaram a se deparar com traça da fruta (*Carpocapsa pomonella* Linnaeus), ácaros diversos, pulgão lanígero (*Eriosoma lanigerum* Hausmann) ou cochonilha (*Quadaspidotus perniciosus* Comstock) (EPAGRI, 2002).

Para muitos profissionais envolvidos na fruticultura de clima temperado, o alento era a crença na tecnologia: “já que a gente não tem clima certo, o negócio é depender de produtos químicos e de tecnologia para torcer a natureza”, diz o Técnico Agrícola #4 (2005), complementando curiosamente sua frase com os seguintes termos: “vivemos em guerra contra a natureza, e vivemos tendo que corrigir sempre as coisas por aqui, para conseguir produzir... vivemos construindo um microclima regional” (2004).

Em 1986, Fraiburgo comemorava a Primeira Festa Catarinense da Maçã, com um objetivo comercial claro, além de outros interesses, nos quais podemos pontuar a crença na tecnologia e a ênfase no discurso técnico como justificador das intervenções no mundo natural para a produção de maçãs na região. A ABPM aproveitava a oportunidade para lançar a campanha “Maçã brasileira: o pecado que deu certo”. Qualquer um poderia pensar que esse slogan teria relação com o mito da maçã como fruto proibido consumido por Adão e Eva no Éden judaico-cristão. Mas o trocadilho era, também, uma resposta dos produtores nacionais às afirmações agrônômicas dos anos 1960 e 1970, que afirmavam ser impossível produzir maçãs em escala e qualidade comerciais no país, devido à inadequação edáfica e climática (FREY, 1989, SCHMIDT, 1990; BURKE, 1994). Não houve edições posteriores desta festa, todavia o investimento simbólico feito no evento pelas iniciativas públicas e privadas serviu para dar publicidade à vitória do conhecimento técnico. Conhecimento que se mostrou capaz de produzir frutas de clima temperado no contexto de natureza, clima e relevo impróprios ao cultivo de maçãs, pelo menos de acordo com grande parte de laudos estrangeiros publicados sobre a região cerca de vinte anos antes. Ao que parece, tudo estava correndo bem no mundo tecnificado da produção, onde o saber técnico pretensamente exalava certezas de um porvir sem maiores problemas no que diz respeito à fruticultura de clima temperado. Mesmo assim, lembremos no equilíbrio precário entre humanos e não-humanos.

O triunfo da produção e da técnica brasileira no conduzir de pomares de macieira

acabou sendo testado em 1989. Em meio a uma já eminente capacidade exportadora da fruta, e com um mercado interno consolidado, empresas do setor, principalmente em Fraiburgo (Fischer Fraiburgo Agrícola, Grupo VF, Renar Maçãs, Pomifrai Fruticultura, Portobello Alimentos e Pomigrai Frutas) comemoravam a safra de quase trezentas mil toneladas colhida entre fevereiro e abril. A quase totalidade da produção brasileira de maçãs estava concentrada na região Sul do país, especialmente em Santa Catarina (municípios de Fraiburgo e São Joaquim) e no Rio Grande do Sul (Vacaria). Desde a metade daquela década, o sucesso econômico do setor fez com que pomicultores começassem a expandir os pomares para aumentar seu rendimento. O único espaço físico para isso, pelo menos em Fraiburgo, era o que restava da Floresta Ombrófila Mista. Ao derrubar o que restava da floresta, os produtores fraiburguenses enfrentariam problemas como o ataque de fungos às raízes das macieiras, além de parasitas que, muitas vezes, seriam responsabilizados por diversos problemas de origem ecológica (necessidade de erradicação de plantações) e econômica (justificativa para os baixos salários pagos pelo setor).

Criar e expandir pomares de macieira, no Brasil da década de 1980, custava aproximadamente dez mil dólares por hectare (BLEICHER, 2002). Da plantação à primeira safra, o pomar demandaria três anos, contudo uma colheita média de 28 toneladas por hectare servia para cobrir, a partir daí, todos os custos envolvidos na manutenção de um hectare de pomar por ano. Fraiburgo já produzia uma média de 30 toneladas por hectare (Técnico Agrícola #1, 2005). Portanto a comercialização das safras – cada vez maiores e de melhor qualidade, com o uso cada vez mais corriqueiro e eficaz de diversos insumos – cobria os investimentos. Os lucros oriundos da pomicultura fizeram com que a Associação dos Fruticultores de Fraiburgo e a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM) direcionassem ao setor público verbas destinadas à pesquisa agrônômica, o que gerou, em certa medida, uma espécie de dependência das instituições de pesquisa agrícola de Santa Catarina com relação ao setor produtivo. É o caso exemplar da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC). Nessa ‘simbiose institucional’, as empresas incorporavam técnicas e produtos relativos a melhoramento, reprodução, cultivo e comercialização de maçãs, o que incluía estudos de combate a doenças e parasitos, bem como sobre a adaptação de cultivares de macieira de países como Nova Zelândia, Japão ou França a condições climáticas do sul do Brasil,

problema ainda hoje enfrentado pela pomicultura (BRDE, 2005).

O cenário da pomicultura brasileira em 1989 era o melhor possível, pelo menos na aparência. O consumo per capita de maçã no Brasil passou de 1,9kg/ano, em 1979, para 2,8kg/ano, em 1988, e a safra de 31 mil toneladas colhidas em 1979 passou para trezentas mil toneladas em 1988-1989. Fraiburgo, Vacaria e São Joaquim (os três maiores produtores) concentravam as dez maiores empresas brasileiras de fruticultura de clima temperado e empregavam diretamente mais de vinte mil trabalhadores e outros tantos de maneira indireta (BRDE, 2005).

Apesar da euforia do período, houve um fato que acabou abalando a imagem pública da pomicultura. Entre os meses de julho e agosto de 1989, época de maior comercialização da maçã brasileira, a ABPM envolveu-se num escândalo. Entre os Estados do Paraná e de São Paulo, fiscais apreenderam uma carga de maçãs supostamente vindas de Guarapuava/PR e da Argentina, e foi constatado através de análise do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) a contaminação da carga com o acaricida dicofol,⁴ proibido desde a portaria 329 do Ministério da Agricultura, de 2 de setembro de 1985.⁵ Essa notícia teve impacto direto sobre a comercialização de maçãs em nível nacional (POGLIA, 1989, p.5).

Em 26 de julho de 1989, em meio à polêmica sobre a contaminação das maçãs por dicofol, a revista *Exame Vip* publicou matéria de capa “O veneno vai à mesa”, de responsabilidade dos editores, abordando o consumo das maçãs brasileiras contaminadas (26 jul. 1989, p.40). Até então, eram raros os artigos de circulação nacional que tratavam dos riscos de toxicidade em frutas, e aquele afirmava que a culpa de a população brasileira estar consumindo frutas intoxicadas era dos produtores de maçãs. Na reportagem, a contaminação das maçãs resultava de erros na dosagem de defensivos agrícolas, o que explicava a apreensão de um lote de trezentas toneladas de maçãs contaminadas com dicofol: “As maçãs vinham do Paraná e da Argentina e foram interceptadas – um bom sinal, sem dúvida. Só que muitas remessas foram e vêm sendo consumidas desde fevereiro, quando começaram a ser colhidas” (EXAME VIP, 26 jul.

4 O dicofol (C₁₄H₉Cl₅O) é resultante da hidrólise do diclorodifeniltricloreto (DDT) e quimicamente conhecido como 2,2,2-tricloro-1,1-bis(4-clorofenil)etanol.

5 O artigo 1 dessa portaria estabelecia: “Proibir, em todo o território nacional, a comercialização, o uso e a distribuição dos produtos agrotóxicos organoclorados, destinados à agropecuária entre outros: Aldrin, Canfeno, Clorado (Toxafeno), DDT, Dodecacloro, Endrin, Heptacloro, Lindane, Endosulfato, Metoxicloro, Monocloro, Dicofol e Clorobenzilato.

1989, p.40). De acordo com a revista, os responsáveis pela contaminação das maçãs eram os produtores paranaenses e argentinos. As autoridades do Paraná, por sua vez, eximiam-se de culpa atribuindo o problema à aquisição de frutas intoxicadas provenientes de Santa Catarina – praxe entre os pomicultores de Guarapuava/PR, que, para garantir a comercialização, recompunham o estoque com frutas de outras áreas. Por outro lado, os pomicultores dessa região do Paraná faziam parte da ABPM e estavam, por assim dizer, no mesmo barco, sofrendo a crise comercial e técnica por que passavam outros produtores.

Na mesma data, o jornal Gazeta Mercantil (26 jul. 1989, p.13), editado em São Paulo e, na época o principal periódico brasileiro voltado para negócios, trazia a manchete: “Agrotóxicos: Santa Catarina produziu maçã contaminada”. Tendo recebido aquele periódico informações sobre os resíduos de substâncias carcinogênicas nas amostras de maçãs analisadas pelo Tecpar e ciente de que as autoridades sanitárias paranaenses haviam responsabilizado os produtores catarinenses, sua reportagem traçou o quadro da crise da fruticultura de clima temperado, expondo, aliás, algumas reclamações dos antigos e tradicionais fornecedores de maçã para o Brasil, os argentinos (GAZETA DO POVO, 1 ago. 1989, p.9).

O governo brasileiro, pressionado pelos produtores nacionais e temendo a comercialização de frutas contaminadas, embargou, na última semana de julho de 1989, a entrada de maçãs argentinas no país. A reação foi imediata: em 1 de agosto do mesmo ano, a Argentina exigiu a normalização imediata da venda de maçãs para o Brasil, uma vez que “os exportadores de maçãs da Argentina cumprem rigorosamente com a legislação sanitária estabelecida pelo Ministério da Saúde do Brasil, e as autoridades temem por uma queda nas importações brasileiras, trazendo como consequência um desequilíbrio na balança comercial entre os dois países” (GAZETA DO POVO, 1 ago. 1989, p.9).

A ABPM rebateu as acusações por meio do jornal Diário Catarinense, em 30 de julho, com a manchete “Santa Catarina produz 58,47% da maçã nacional”. Para Tarcísio Pogliá (1989), o aumento da produção e da produtividade dos pomares brasileiros foi diretamente proporcional ao aumento da população nacional, mas o incremento do consumo e da produção de maçãs ficara prejudicado pela polêmica em torno do dicofol. O jornalista explicava que o dicofol era usado “em macieiras de vários países, como Estados

Unidos, Alemanha Ocidental, França, Itália, Suécia e Argentina. Foi aplicado em pomares brasileiros até 1985, quando foi proibido. Porém, este agrotóxico continua liberado no Brasil para a laranja e o algodão” (POGLIA, 1989). O engenheiro-agrônomo Luiz Borges Junior argumentava que a proibição do dicofol em macieiras existia, “mas o fato foi isolado e o nível de contaminação encontrado era vinte vezes menor do que o permitido pela Organização Mundial de Saúde” (POGLIA, 1989).

O que a ABPM tentava mostrar era de que o uso de dicofol era um fato isolado, o que contradizia os próprios agrônomos de instituições estaduais, como é o caso de Paulo Baggio, da ACARESC, ao afirmar que, em 1989, o Brasil havia exportado maçãs para a Europa, e que o dicofol havia sido aceito normalmente por aquele mercado e que, se algum problema tivesse surgido, o produto ainda era usado havia mais de 10 anos em 31 culturas, entre as quais as do tomate, do feijão e da batata, e não havia apresentado nenhum problema de intoxicação” (POGLIA, 1989). Na mesma matéria do *Diário Catarinense*, Luiz Borges Junior enfatizava que a polêmica em torno do dicofol estava enredada em uma espécie de teoria da conspiração: “a notícia de contaminação das maçãs de Guarapuava ganhou repercussão nacional porque há setores interessados em que a produção brasileira seja prejudicada. À medida ... que a maçã nacional aumentou sua participação no mercado interno, nos últimos dez anos, empresas importadoras tiveram que reduzir sua ação no mercado” (POGLIA, 1989).

Na imprensa, o próximo passo da controvérsia seria a contra-ofensiva da ABPM às denúncias de intoxicação da maçã brasileira, reação também esboçada nas páginas de jornais e revistas de todo o país. “Precisamos desfazer esse mal-entendido sobre a contaminação das maçãs”, declarou seu porta-voz à Gazeta Mercantil, em óbvia referência ao artigo publicado pelo mesmo jornal, em 26 de julho. A reportagem afirmava que “o dicofol foi usado em algumas lavouras do Paraná, mas em níveis muito inferiores ao aceitável em qualquer país desenvolvido. Parte deste montante [de maçãs] será perdido, se a situação do mercado não se reverter até setembro” (GAZETA MERCANTIL, 26 jul. 1989, p. 13).

No dia seguinte, a Renar Maçãs S.A., de Fraiburgo, dominava a manchete “Produtor catarinense afirma: ‘Maçãs Renar não têm dicofol’”, do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba/PR:

A propósito das recentes ocorrências envolvendo as maçãs brasileiras – até então consideradas frutas da melhor qualidade – de repente vedetes de noticiários que, divulgando o uso do dicofol, lançaram sobre elas o estigma de fruto proibido, a reportagem procurou ouvir uma das maiores autoridades no assunto. Willy Frey, pioneiro no cultivo do apreciado fruto em terras brasileiras, é o diretor-superintendente da Renar, empresa responsável pelo maior volume de maçãs produzidas em Santa Catarina A empresa providenciou o enterro do dicofol com os maiores cuidados e precauções, e seu uso, a partir de então, foi rigorosamente proibido nos muitos quilômetros quadrados de área de cultivo da Renar (GAZETA DO POVO, 3 ago. 1989, p.11).

Concomitantemente a ABPM lançava na revista *Veja*, no *Diário Catarinense* e no jornal *O Globo* matéria paga de página inteira reafirmando a qualidade das maçãs nacionais e dos pomares de Fraiburgo. Na revista *Veja* a matéria continha ilustrações, e sua chamada, em tom irônico, desafiava os concorrentes comerciais da fruta brasileira: “A maçã brasileira dá uma banana para a concorrência” (VEJA 9 ago. 1989, p.68). Abaixo da maçã vermelha que ocupava o centro da página, e por entre um foguete antigranizo, uma antena de radar e uma macieira estilizada, daquelas que ilustram contos infantis, havia o seguinte texto:

No Brasil a maçã nasce em berço esplêndido. Desde pequenininha ela recebe tudo do bom e do melhor. Desenvolvimento científico das espécies mais apropriadas, solo especialmente preparado, radares para controlar as condições meteorológicas associados a foguetes antigranizo. Tanto cuidado pode parecer um exagero. Mas nós não temos medo de mimar demais nossas maçãs. Quando elas crescem, não se tornam ingratas. Devolvem estes cuidados na forma de uma fruta saudável, bonita, cheia de vitaminas pra dar. Depois de grandes, elas correm o mundo inteiro e fazem a fama da agricultura nacional com sua qualidade. Maçã brasileira não tem medo de concorrer com ninguém. Porque ela sabe que é gostosa. ABPM (VEJA, 9 ago. 1989, p.68).

Na mesma semana, outro anúncio da ABPM na mesma revista dirigia-se aos “difamadores” da produção nacional de maçãs. Dessa vez, o texto tinha mais detalhes sobre a produção da fruta e mesclava a crença no papel da tecnologia de produção com o Éden, simbolizado por uma serpente ladeada por Adão e Eva, no centro da página. A maçã ligava-se a lendas, preconceitos e desconhecimento:

Existe a lenda de que a qualidade da maçã brasileira é de terceiro mundo. É um verdadeiro pecado pensar assim. A maçã brasileira é hoje um produto maduro. Ela pode ser comparada com a fruta de qualquer outro país sem o risco de ficar vermelha. Talvez você não saiba, mas existe uma associação chamada ABPM – que assina embaixo da qualidade de nossa fruta. A ABPM incentiva e ajuda a divulgar todas as técnicas mais avançadas para desenvolver e cuidar da maçã brasileira. Hoje, a Gala brasileira é mais saborosa que a original da Nova Zelândia. A Golden é mais suculenta que sua parente norte-americana. A Fuji daqui é mais apetitosa que a ancestral japonesa. Você pode até não acreditar nisso. Mas os europeus e americanos acreditam. E consomem nossa maçã com muito prazer. É claro que para chegar lá a maçã brasileira teve que cumprir religiosamente as

mais severas exigências técnico-legais. Cumpriu, provou suas virtudes, e ganhou o reino dos consumidores do primeiro mundo. A ABPM tem sua participação nesta história. Nós não prometemos o paraíso. Prometemos, sim, um produto puro e honesto. Só uma serpente diria o contrário (VEJA, 9 ago. 1989, p.68).

Com uma campanha publicitária em nível nacional, a ABPM negava os problemas resultantes do uso de produtos químicos proibidos no Brasil. Entretanto, técnicos agrícolas e engenheiros-agrônomo, principalmente em Fraiburgo, afirmavam que o dicofol ainda era utilizado. O Técnico Agrícola #2 lembra que o produto era muito usado. “Perigoso, mas era bom porque era eficiente. Só sei que muitos nem sabiam que ele estava proibido, e algumas empresas tinham muito desse produto em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná. Mas a gente sabia que tinha um limite para usar”. O Técnico Agrícola #3 também afirma ter usado muito o dicofol no trato de ácaros nas macieiras de Fraiburgo. Nos dias em que o tratamento com esse produto era realizado,

a gente tomava muito cuidado e cansava de explicar para os tratoristas que eles tinham que usar todo o equipamento de segurança: máscara, luva, macacão. É claro que sem macacão e bota eles não poderiam nem dirigir trator, mas nesses dias eles tinham que usar mais, tinham que pôr a máscara e as luvas. Eu cobrava de todos e não deixava ninguém trabalhar sem equipamento” (Técnico Agrícola #3, 2005).

Enquanto a polêmica do dicofol reinava na opinião pública, técnicos de Fraiburgo relatam ter recebido ordens para abrir grandes buracos, isolados e distantes das plantações, com o objetivo de enterrar galões do produto que, porventura, ainda estivessem estocados. O Técnico Agrícola #2 (2005) narra:

Fui encarregado de pegar um bin⁶ com um trator, ir no depósito químico e pegar todos os recipientes que tivessem dicofol. Depois disso, dois trabalhadores abriram um buraco com a retroescavadeira, longe do pomar, longe dos rios, mas perto da mata. Lembro que durante dois dias fiz várias viagens com o trator e com o bin para levar embalagens. Depois disso, a ordem foi enterrar tudo, bem enterrado” (Técnico Agrícola #2, 2005).

A única resposta possível para os produtores, no momento, era de reforçar o discurso técnico de correção da natureza, afirmando, não por linguagem técnica, mas apelativa em termos inclusive literários, que o país tinha capacidade técnica e conhecimento para controlar todos os processos relativos à cultura da macieira., E que a maçã nacional chegava aos mercados como produto não só das árvores frutíferas, mas da qualidade do trabalho técnico e humano incidente sobre o mundo natural corrigido.

⁶ Palavra inglesa com que se denomina a caixa de madeira que acondiciona as maçãs no momento da colheita e que tem capacidade de carregar trezentos quilos da fruta.

Não é por coincidência, que Willy Frey lança, no final de 1989, a obra *Fraiburgo: berço da maçã brasileira*, partindo de uma afirmação básica dessa característica da produção de maçãs de Fraiburgo, que representava a evolução de um território descrito pelo próprio autor em 1973 como “vasto campo experimental de fruticultura de clima temperado” para a “capital brasileira da maçã”: “a macieira é dócil”:

em linguagem simples, falei sobre as propriedades alimentícias e terapêuticas da maçã; e sobre os truques e artimanhas que se utiliza o pomicultor para “iludir” as macieiras e assim delas obter maior produtividade. A macieira é dócil... sabe por que? É possível serem cultivadas quatro ou mais variedades de maçãs em um só tronco; e produzidas, desta mesma árvore, maçãs vermelhas, amarelas e verdes. Estas variedades podem também oferecer quatro períodos diferentes de maturação e colheita, de janeiro a maio. Aparentemente, um verdadeiro milagre aos olhos leigos (FREY, 1989)

E a exposição do autor continua:

os primeiros frutos de uma macieira nova (de 3 anos) aparecem na extremidade dos ramos. É a lei da natureza! Mas o homem pode iludir a planta e forçar a natureza. Com isso, a árvore produzirá com um ano de antecedência. A importância dessa técnica não é tanto pela produtividade antecipada, mas sim pelo fato de que, ao frutificar mais cedo, a macieira gasta sua energia na formação de frutos e se esquece de produzir grandes galhos e engrossar o tronco (FREY, 1989).

A partir do momento em que o autor afirma que a macieira é dócil, ele buscará descrever, de forma generalista, outros aspectos que envolvem a planta, e, por conseguinte, a população humana a ela coligada. Para isso, tão logo termina de descrever a docilidade da árvore, Willy Frey volta seu olhar ao frio, como fenômeno climático fundamental para a constituição de projetos de fruticultura de clima temperado no sul do Brasil. Novamente, o autor ressalta o papel da tecnologia pra dominar a natureza, que não é tão apropriada, em matéria de unidade de frio, à produção de frutas temperadas no sul do Brasil. Intervenções técnicas são necessárias, observação já elaborada por Kenshi Ushirozawa, mas que através de Willy Frey ganha nova descrição:

nos países frios, as macieiras “dormem” sob a neve; e despertam na primavera. Florescem, assim, uniformemente, o que possibilita perfeita polinização. No Brasil, o frio é irregular e o calor faz com que algumas macieiras despertem antes do que outras, por fatores diversos como sua localização em terrenos baixos e altos: ou face às diversificações e variedades plantadas. Tal problema, aqui, foi superado com o emprego da tecnologia (FREY, 1989, p.32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicidade dada ao evento da contaminação de maçãs brasileiras por dicofol constatada em julho de 1989 fez emergir a problematização de uma história da intervenção humana sobre o mundo natural em Fraiburgo que teve distintas consequências, podendo ser consideradas positivas se formos analisar o desenvolvimento econômico local e estadual à época. Já no que concerne as consequências socioambientais regionais sem dúvida foram nefastas. Em um primeiro momento, diretamente ligado à ostensiva devastação de áreas da Floresta Ombrófila Mista para plantio de pomares, e, depois, ao cada vez maior aporte de insumos para “corrigir a natureza” local com vistas à obtenção de boas safras de maçã. Construiu-se uma cidade baseada na tecnologia e nos discursos técnicos, na qual os “problemas da natureza” acabavam alcançando a vida cotidiana e as rotinas de trabalho.

Se doenças e pragas são ocorrências vinculadas ecologicamente às macieiras (num exemplo de relações entre não humanos numa história ambiental), a historicidade dessas mesmas ocorrências é composta por humanos, invisíveis porém indispensáveis no processo de constituição histórica das relações ecológicas como um todo. Expressões como ‘tragédia natural’, ‘defeitos da natureza’, ‘necessidade de corrigir o que a natureza tem por problema’ são reflexos do que pode significar o termo paisagem. No final da década de 1980, a produção de macieiras no Brasil se afirmava como setor econômico eficiente, moderno, lucrativo e capaz de desenvolver áreas como Fraiburgo. Esse processo fetichizou a maçã, forçando a construção do município com base na vinculação indelével entre essa mercadoria e os rumos políticos, culturais e econômicos a ela inerentes. No processo de construção das histórias locais sobre a maçã, porém, um fantasma sistematicamente pairou sobre as narrativas: a despeito de ser considerada, em geral, ‘salvação’ para a economia local, ela é caracterizada não pela solidez e superioridade de sua estrutura, mas sim como planta dócil, frágil, que precisa ser tratada, domesticada, controlada.

Tendo sido uma das primeiras culturas no Brasil a ser intensamente racionalizada, seguindo a perspectiva de uma agricultura convencional ostensiva voltada ao mercado nacional e depois internacional, representou uma das primeiras atividades de fruticultura de clima temperado lucrativas num país historicamente conhecido como tropical”. Por seu

caráter eminentemente racionalizado, a pomicultura do sul do Brasil foi território de intenso uso de insumos, especialmente de agroquímicos, mas também espaço de intervenção por meio de máquinas, sobre relevos, sobre fluxos aquíferos, sobre o céu e nuvens potenciais provocadoras de chuvas de granizo, sobre geadas em épocas de floração, tudo isso com reflexos positivos e negativos, plenamente vinculados às expectativas modernas.

REFERÊNCIAS

ABPM. Associação Brasileira dos Produtores de Maçã. Disponível em: <http://www.abpm.org.br> Acesso em: 15 fev. 2006.

ABREU, Carlos Alberto de. Histórico da Safra. In: SIMONETTI, Biágio. **Processo de criação do Curso Técnico em Agropecuária da Escola de Segundo Grau Sedes Sapientiae, encaminhado para a Secretaria Estadual de Educação**, Fraiburgo: Datil, 1973.

ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico**. México: FCE, 2002.

BIAU, Roger. Ofício aos técnicos 1, Agrícola Fraiburgo S/A. Fraiburgo, 18 ago. 1975

BIAU, Roger. Ofício aos técnicos 2, Agrícola Fraiburgo S/A. Fraiburgo, 18 ago. 1975.

BLEICHER, Jorge. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Florianópolis/SC, 15 maio 2002.

BRANDT, Marlon. Criação da sociedade agrícola fraiburgo e o início da pomicultura em Fraiburgo, na década de 1960. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n.1, p.27-41, 2005.

BRASIL. Lei n. 5.106/1966. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116684>> Acesso em: 15 dez. 2005.

BRDE. **Cadeia produtiva da maçã**: produção, armazenagem, comercialização, industrialização e apoio do BRDE na região sul do Brasil. Porto Alegre: BRDE, mar. 2005.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo**: do machado ao computador. Curitiba: Vicentina, 1994.

DELBARD, Georges. **Jardinier du Monde**. Paris: Hachette, 1986.

EPAGRI. **A cultura da macieira**. Florianópolis: Epagri, 2002.

EREZ, Amnon. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Florianópolis/SC, 20 jan. 2007.

EVARD, Henri. **Entrevista concedida a Marlon Brandt**. Fraiburgo/SC, 13 dez. 2003.

O veneno vai à mesa. **Exame Vip**, São Paulo, p. 40. 26 jul. 1989.

FREY, Willy. Documentos. In: SIMONETTI, Biágio. **Processo de criação do Curso Técnico em Agropecuária da Escola de Segundo Grau Sedes Sapientiae, encaminhado para a Secretaria Estadual de Educação**, Fraiburgo: Datil, 1973.

FREY, Willy. **Fraiburgo: berço da maçã brasileira**. Curitiba: Vicentina, 1989.

AGROTÓXICOS: Santa Catarina produziu maçã contaminada. **Gazeta mercantil**. São Paulo, 26 jul. 1989, p.13.

AUTORIDADES argentinas querem normalização das vendas no Brasil. **Gazeta mercantil**. São Paulo, 1 ago. 1989, p.9.

PRODUTOR catarinense reafirma: maçãs Renar não têm dicofol. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 3 ago. 1989, p.11.

KLANOVICZ, Jó. Memória, fotografia e algumas versões: um estudo de caso sobre a memória no sul do Brasil. **Iberoamericana**, v.34, p.7-20, 2009.

KLANOVICZ, Jó. **Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice S. **Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC**. Florianópolis: Insular, 2005.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros: o Vale do Rio do Peixe (1934-1989)**. Curitiba: Lítero-técnica, 1989.

MAY, P. Z. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Florianópolis: UFSC, 1998.

MEYER, Torsten; POPLOW, Macus. To employ each of Nature's products in the most favorable way possible – nature as a commodity in Eighteenth-Century German economic discourse. **Historical Social Research** v.29, n.4, p.4-40, 2004.

MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico (1956) aos precatórios (1997)**. Campo grande, 1998.

MUSSOI, E. M. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULINO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

POGLIA, Tarcísio. Santa Catarina produz 58,47% da maçã nacional. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p.5, 30 jul. 1989.

SCHMIDT, Wilson. **Setor macieiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1990.

TÉCNICO AGRÍCOLA #1. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Fraiburgo/SC, 12 jan. 2005.

TÉCNICO AGRÍCOLA #2. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Fraiburgo/SC, 15 fev. 2005.

TÉCNICO AGRÍCOLA #4. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Fraiburgo/SC, 2 fev. 2004.

USHIROZAWA, Kenshi. **A cultura da maçã**. Florianópolis: ACARESC, 1979.

DOMESTICAR a natureza. **Veja**. São Paulo, 23 mar. 1983, p. 89.

A MAÇÃ brasileira dá uma banana para a concorrência. **Veja**. São Paulo, 9 ago. 1989, p. 68.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Is deforestation a solution for economic growth in rural areas? Evidence from Brazilian Mata Atlântica.** Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. (Working paper CBS 36 2002). Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0008/9395/cadu36.pdf Acesso em: 15 abr. 2004.

Dossiê:

Recebido em: 03/05/2010

Aceito em: 07/06/2010